

Da África ao Brasil: trânsito de idéias, miscigenação e identidade cultural

From Africa to Brazil: the transit of ideas, miscellany and cultural identity

Alysson Luiz Freitas de Jesus*

Resumo: O presente artigo procura redimensionar a contribuição dos estudos sobre a África e a cultura africana no Brasil, avaliando o impacto das relações entre os dois continentes separados pelo Atlântico. A troca de culturas, o trânsito de idéias e o processo de miscigenação são exemplos da contribuição que o contato Brasil-África trouxe na formação social e cultural das duas regiões, ultrapassando os limites da escravidão, conforme demonstrado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & senzala*.

Palavras-Chave: África; mundo Atlântico; miscigenação; cultura; sociedade

Abstract: This article tries to measure up the contribution of the studies about Africa and the African culture in Brazil, evaluating the impact of the relationship between these two continents separated by the Atlantic Ocean. The exchange of cultures, the transit of ideas and the process of miscellany race are examples of the contribution of the contact Brazil-Africa brought by social and cultural arrangement from both areas. They exceed the line of slavery, in conformity with the demonstration of Gilberto Freire in “Casa Grande e Senzala”.

Key-words: Africa; the Atlantic world; miscellany; culture; society.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Doutorando em História Social pela USP. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. E-mail: alfluiz@yahoo.com.br.

“A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui representado apenas como limiar da história do mundo.” (HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995, p. 174).

Parece inegável que os estudos sobre História da África vêm recebendo especial atenção das ciências sociais nos últimos anos. A História, a Literatura e as Artes, por exemplo, vêm dedicando espaço privilegiado de suas pesquisas para entender as relações que se deram entre o continente americano e a África, em especial a região atlântica deste continente, responsável direta pelo intenso contato entre as duas regiões. Durante séculos a América, a Europa e a África mantiveram um intenso e dinâmico contato colonial, permitindo um trânsito de idéias e culturas que ultrapassaram as relações de escravidão impostas aos africanos. Nos atentaremos aqui às relações sociais que permearam o contato Brasil-África e, por conseguinte, à efetiva contribuição cultural que se deu a partir dessas relações. Relações essas marcadas pela escravidão, mas que, inegavelmente, se deram, também, por meio de trocas culturais e um rico processo de mestiçagem, talvez único na História. É a falta de compreensão dessa história africana que justificam idéias pré-concebidas sobre a África, tão próximas da imagem exposta por Friedrich Hegel.

Os estudos sobre África: historiografia e relações escravistas

Há pelo menos três décadas atrás era possível notar

uma quase ausência de estudos no Brasil sobre a África. Esse descaso é consequência de uma história europeizada, que pouco se preocupava em compreender a dinâmica das relações no continente africano antes da chegada dos europeus. Assim, a África parecia ter sido inaugurada somente a partir do contato com a Europa. Variados motivos explicam esse descaso nos estudos africanos. A melhor maneira de explicar a questão, ao que nos parece, seria explicar os caminhos tomados pela historiografia¹ que tradicionalmente tratou do tema.

Para Anderson Ribeiro Oliva, existem pelo menos três tipos de abordagens historiográficas sobre o continente. Uma primeira historiografia representaria a “negação da historicidade dos africanos”. Esses pensadores situavam-se em especial em meados do século XIX, época onde falar de progresso, evolucionismo e mesmo darwinismo social² era a melhor forma de se explicar as sociedades contemporâneas. A História da África ficava, assim, subordinada à existência da história européia. “Para os historiadores do século XIX ou da virada para o XX, a história da África – vivenciada ou contada – teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do continente”, afinal, demonstra o autor, pensava-se que “os africanos seriam incapazes, portanto, de qualquer criação maior, fosse no campo da agricultura, das tecnologias, das construções.” (Oliva, 2004: 20) A idéia do filósofo Hegel, colocada acima como epígrafe, nos fornece uma boa imagem dessas formas de pensamento produzidos sobre a região.

Entre os anos de 1940 e 1970 uma nova historiografia surge sobre o tema. Esses “pensadores africanos” passam a estudar a região no seu período de independên-

¹ Conforme explicado, pretendemos percorrer uma análise histórica dessas relações Brasil-África. Aqui, portanto, trataremos apenas dos referenciais historiográficos sobre o tema, procurando assim uma perspectiva da contribuição da História para se pensar a dinâmica do continente africano. Outros olhares são possíveis e, obviamente, não menos importantes.

² Tratam-se de importantes conceitos para se compreender a cientificidade do século XIX pós-Revolução Francesa. Todos esses conceitos serviram a um propósito maior, culminando no Imperialismo e no intenso desenvolvimento das idéias de raça, que serão retomadas à frente.

cia com relação aos europeus – período historicamente conhecido como descolonização afro-asiática. Aqui, inicia-se o processo de valorização da história africana.³ O problema, segundo Anderson Oliva, é que essa historiografia, também, cometeu seus equívocos. Na tentativa de superar uma maneira eurocêntrica de se encarar os estudos sobre África, os autores acabaram supervalorizando o argumento de que “a África também tem sua História”, criando uma espécie de “pirâmide invertida” nos trabalhos historiográficos:

(...) os autores que abordam o período são unânimes em afirmar que os esforços dessa vertente resvalaram em erros anteriormente cometidos. Um dos mais evidentes era a ação desproporcional de enaltecer as características histórico-culturais da África. A imprecisão, no caso, foi cometer o mesmo erro dos estudos europeus, só que agora não utilizando o eurocentrismo, mas sim o afrocentrismo. Em alguns estudos, os africanos passaram a ser percebidos como meras vítimas das ações externas, perdendo novamente o papel de agentes históricos. (Oliva, 2004: 25)

Por fim, uma última historiografia representaria os “novos estudos africanos”. Surgida na década de 1980, esses trabalhos se propuseram a fazer uma releitura das obras anteriores, propondo estudos que vêm privilegiando temáticas variadas sobre a África, inclusive no que se refere ao “mundo atlântico”, tão importante para se entender as relações África-América, que abordaremos mais a frente. Dessa forma, torna-se possível visualizar relações dinâmicas entre os continentes que vivenciaram as relações escravistas marcadas por séculos de colonização. (Oliva, 2004: 28-31) Entender, pois, as relações sociais escravistas da África, se faz urgente para que o entendimento da história

africana supere as tendências voltadas ao exotismo e à associação/equação sempre reafirmada entre África = escravos = atraso.

Para Paul Lovejoy, em *A escravidão na África: uma história de suas transformações*, é inegável que há uma forte ligação entre a história do continente e a escravidão. Nesse sentido, o autor procura traçar uma história das transformações que o regime escravista passou na África, mesmo antes do contato com os europeus. Lovejoy procura analisar tais relações nas duas grandes áreas da África, a região Oriental e a cidental, em um período histórico longo. Algumas observações colocadas pelo autor são merecedoras de destaque: a demonstração de que a escravidão no continente convivia com outras formas de exploração do trabalho; a importância que o regime escravista vai adquirindo na região, passando de uma forma marginal de uso do escravo para uma “instituição escravista”; as variadas formas de reprodução do sistema escravista e, por fim, a importância que o comércio transatlântico teve na transformação do trabalho escravo africano, afinal, “a abertura do Atlântico ao comércio marcou uma ruptura radical na história da África, especialmente porque este comércio, também, envolvia a exportação de milhões de escravos.” (Lovejoy, 2002: 52)

Inúmeros autores se voltaram para os estudos da temática da escravidão no continente negro, mas, deve-se frisar, em grande parte orientados pelos estudos de Alberto da Costa e Silva. O autor, antes mesmo da explosão de estudos sobre o tema, já se voltara para o estudo sistemático do continente, o que culminou em importantes obras, referências fundamentais para o estudo da história da África.⁴

³ Um dos maiores expoentes desse grupo foi Joseph Ki-Zerbo, parte de um grupo de intelectuais africanos. Entre seus textos, ver: KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Europa América, s/d. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África: metodologia e pré-história da África. Vol. IV. São Paulo: Ática, Paris: Unesco, 1982.

⁴ Entre seus trabalhos, destacamos: SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

Em *A manilha e o libambo*, Costa e Silva se dedica à compreensão das formas de relações escravistas na África pós-europeus, entre os anos de 1500 a 1700. Em capítulo destinado a analisar as formas de sociabilidades que os africanos estabeleciam com o regime escravista, o autor aponta aspectos centrais sobre o tema. Contrário às teses que procuram “relativizar” ou mesmo “romantizar”⁵ a escravidão na região, o autor demonstra algumas características que permeavam as relações de violência no sistema. O autor, também, comunga da idéia de que a exportação/chegada dos europeus transformou a escravidão africana, mas demonstra que não se trata da única forma de avaliar tais relações, afinal:

Se o exemplo externo pode explicar – e explica – as mudanças experimentadas pelo escravismo em muitas partes do continente africano, onde se institucionaliza e até se volta em modo de produção, noutras, a chave talvez nos seja dada pelo próprio desenvolvimento das coletividades no rumo da diferenciação em classes, da hierarquização e da concentração do poder político. Na África de terras abundantes, quase sem máquinas e dotada apenas de instrumentos de trabalho muito simples, tornava-se mais rico quem pudesse multiplicar os homens e as mulheres que tinha às suas ordens e produziam para ele. Era a posse do trabalho – do trabalho familiar e do trabalho escravo – o que garantia a reprodução e a expansão das riquezas. (SILVA, 2002: 89-90)

Nos parece claro, tanto na análise de Lovejoy como em Costa e Silva, que pelo menos dois aspectos podem ser aqui enfatizados. Em primeiro lugar, a escravidão na África tinha sua dinâmica própria. A existência de um regime escravista e de importantes rotas de tráfico interno de escravos na região⁶ – antes mesmo da chegada dos europeus – comprova tal assertiva. Em segundo lugar, incorreria em um grande equívoco ignorar que as descobertas europeias na África não teriam causado um forte impacto nessa mesma dinâmica escravista. Nesse sentido, as relações Europa-África-América foram responsáveis por um processo *sui generis* na história mundial. É para essas relações que nos voltaremos agora.

Um “Atlântico” de culturas: a África no Brasil

A migração forçada de milhões de africanos para o continente americano foi um dos capítulos mais cruéis da nossa história. A historiografia tratou do tema com grande competência, sendo responsável por uma vasta produção teórica sobre o “tráfico de africanos”⁷. Assim, nos parece claro que insistir nas discussões sobre a vinda de africanos para a América – em especial o Brasil – nos impediria de demonstrar um aspecto mais relevante: o trânsito cultural existente entre a região atlântica da África e o Brasil.

⁵ Para Alberto da Costa e Silva: “Temos, por isso, de ser cautos com os argumentos que os abolicionistas do século XIX usavam para procurar diferenciar o escravismo do Novo Mundo daquele descrito na Bíblia ou encontrado na África, a fim de não cair numa romantização da escravatura africana. Como já advertiu a historiadora nigeriana Elizabeth Isichei, não devemos nos iludir com os eufemismos (o dono, por exemplo, ser chamado de “pai”, e o escravo, de “filho”) que dissimulavam, em várias regiões do continente, a dureza da realidade.” (SILVA, 2002: 85)

⁶ Lovejoy expõe um bom número de tabelas que demonstram, quantitativamente, o impacto do comércio interno de escravos no continente. Ver tabelas 1.1, 2.1, 2.2, 2.3, 3.2, 3.6, 3.7, entre outras. (LOVEJOY, 2002)

⁷ Na literatura especializada, em especial nos trabalhos mais recentes, chega-se a um consenso sobre o volume total de africanos que chegaram nas Américas. Quase 12 milhões de homens foram embarcados para o outro lado do Atlântico, com quase 11 milhões destes chegando nas Américas como escravos. Cerca de 40% desse total desembarcou no Brasil. Uma recente publicação sobre o tráfico de escravos para o Brasil, na primeira metade do século XIX, é leitura obrigatória. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000. Outros inúmeros trabalhos podem ser mencionados sobre o tráfico de escravos, entre os quais: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’Histoire d’Outre Mer*, tomo 66, 1979, pp. 395-419. CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Em obra recente, Luiz Felipe de Alencastro procurou analisar a importância das relações sociais e culturais existentes entre Brasil e África, em especial na região atlântica, principal responsável pelo intenso contato entre as duas margens continentais. Ultrapassando as discussões que protagonizavam o tráfico de escravos, o autor chegou a importantes conclusões. Contestando a noção de “comércio triangular”, Alencastro procurou avaliar o papel que as relações coloniais tiveram no contato África-América, extravasando “os parâmetros habitualmente definidos para enquadrar o comércio colonial”. Nesse sentido, “a bipolaridade das relações entre os mercados brasileiros e africanos possui uma dinâmica própria que verga a política portuguesa no Atlântico.” (Alencastro, 2000: 116) Em outras palavras, estudos mais sistematizados podem revelar que tal comércio talvez não se baseie, efetivamente, nessa dinâmica “triangular”, o que nos levaria a repensar o papel da Europa no processo de colonização.

Outra questão de imensa importância levantada pelo autor se refere ao “trânsito de culturas” existente entre os continentes. Não apenas escravos atravessaram o Atlântico, mas, também, um intenso mundo cultural, contribuindo para a formação de um grande número de “experimentos sul-atlânticos”, como a mandioca e a banana, dois alimentos de grande importância nas “duas margens do Atlântico Sul.” (Alencastro, 2000: 91) Por fim, cabe destacar, ainda, a importância que o estudo atribui à região de Angola, uma “Angola brasílica”, responsável por um importante papel no comércio negreiro e nessa circularidade de culturas.

A África Atlântica, portanto, se constitui em espaço

privilegiado para se entender as relações da África com a América. Essa região, inegavelmente, fora alimentada pelo tráfico de escravos, sendo responsável por boa parte dos cativos que aqui desembarcaram. Esses escravos que aqui chegaram, também, trouxeram variadas formas de organização social, política e cultural. O estudo dos africanos que aqui vieram como escravos nos ajuda, portanto, a entender que “na África, as etnias formaram realidades múltiplas, resultantes da mistura de várias tradições culturais em permanente recomposição”. Portanto, nos referimos a uma realidade multi-cultural, tanto aqui no Brasil como do outro lado do Atlântico onde “a cultura é mestiça e partilha com culturas vizinhas características comuns de língua, religião, modos de vida e sua história.” (Del Priore e Venâncio, 2004, introdução).

Cultura africana e miscigenação: o negro na formação social e cultural brasileira – o exemplo de Gilberto Freyre

Poucos temas tiveram o privilégio de serem tão analisados pelo pensamento social brasileiro como a questão do negro. Obviamente, as discussões e os debates geralmente giram em torno da questão da escravidão, fundamental para a compreensão da temática.

Uma análise inovadora sobre a presença do escravo/negro na formação cultural do Brasil surgiria por volta dos anos 30, do século XX, com Gilberto Freyre⁸. Através da valorização dos africanos na formação cultural brasileira, Freyre acreditava que eles não haviam sido a razão do pretenso atraso brasileiro. Pelo contrário, os negros constituíam o aspecto positivo de toda a

⁸ É importante destacar que Freyre não foi o único autor a propor discussões sobre a cultura africana no Brasil, em especial no que se refere à produção teórica das primeiras décadas do século XX. Outros importantes nomes podem ser lembrados aqui, sendo referência da época para o estudo do tema em questão, entre os quais: Arthur Ramos – talvez o primeiro estudioso a se dedicar a compreender a participação da cultura negra na formação brasileira –, Nina Rodrigues – referência para a análise dos africanos no Brasil – e Sílvio Romero, responsável por inúmeras análises sobre o negro e o debate sobre evolucionismo e questões raciais. Ver sobre esses autores: RAMOS, Arthur. *A aculturação negra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988 (1ª edição: 1933). ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

escravidão – “foram a mão direita da formação agrária brasileira” –, contribuindo para uma mestiçagem que, ao invés de ter sido maléfica, era o traço principal da conformação nacional. Mesmo notando aspectos de promiscuidade no cotidiano e criticando a existência da escravidão, o autor acentua que a culpa pelos “desvios” do dia-a-dia não era dos negros, e sim do sistema social da escravidão, afinal, “não há escravidão sem depravação sexual”. (Freyre, 2002: 371-2).

Além disso, Gilberto Freyre faz um elogio da colonização portuguesa, responsável por criar relações harmônicas e pouco tensas no ambiente colonial. Segundo José Carlos Reis, o escritor pernambucano foi a fundo nessa defesa e viu a presença negra como um dos “sucessos da obra portuguesa”, pois “ele não pensava mais o Brasil em termos raciais, mas em termos culturais.” Reis mostra, ainda, como a análise de Gilberto Freyre foi fortemente contestada ao longo do século XX, em especial pela historiografia marxista. (Reis, 2000: 56-7).

Nos últimos anos, alguns historiadores vêm procurando uma maior aproximação com a abordagem

freyriana, em especial procurando repensar a maneira pela qual o escritor pernambucano foi lido pela historiografia marxista⁹ de meados do século XX.¹⁰

Entre todos os aspectos levantados por Freyre em *Casa Grande & Senzala*, um é merecedor de destaque: a questão da miscigenação. O escritor pernambucano procura redimensionar as idéias sobre mistura de raças e os efeitos provocados pelo processo, colocando o exemplo do Brasil como uma espécie de “resultado positivo” do contato biológico/cultural entre os povos.

O século XIX foi responsável por intensas transformações na Europa, todas advindas da inauguração de uma “era contemporânea”, fruto da Revolução Francesa. Na tentativa de se explicar o progresso de algumas “civilizações” ou povos, que teriam alcançado diferentes estágios de evolução e desenvolvimento, a ciência se propôs a dar explicações concretas e comprováveis experimentalmente, o que aproximou conceitos das ciências biológicas aos aspectos sociais. Nesse sentido, a segunda metade do século XIX se propôs a debater um conceito considerado central

⁹ Não pretendemos aqui realimentar o debate de meados do século XX sobre a benevolência X violência da escravidão. Acreditamos que tais questões já se encontram devidamente superadas. A Escola Sociológica da USP, tendo em Florestan Fernandes um dos seus maiores expoentes, buscou, dentro dos seus argumentos teóricos, derrubar o mito de uma “escravidão suave”; mito que os marxistas acreditavam estar sendo imposto pela abordagem de Gilberto Freyre. Dessa forma, a opção teórica foi substituir a “doçura da escravidão” por constatações crescentes de violência nas relações, o que demonstrava para os marxistas um exemplo de “luta de classes” no Brasil. Essa historiografia, divergente da análise de Freyre, confirmaria a face cruel da escravidão. Acreditamos que a abordagem marxista alcançou os seus objetivos quando se propôs a contestar a noção de suavidade da escravidão. A idéia de uma escravidão branda é impossível de ser concebida – apesar de acreditarmos que as noções de “brandura na escravidão” expostas por Gilberto Freyre foram supervalorizadas nas leituras realizadas sob essa perspectiva. Assim, as novas análises propostas pelos marxistas apresentavam alguns pontos de vista questionáveis. Segundo Eduardo França Paiva: “A revisão historiográfica empreendida negava a análise patriarcalista e idílica e passava a enfocar a violência das relações senhor/escravo. Com isto, entendeu o cativo mais como objeto dessas relações e menos como agente histórico, limitando a resistência às três formas mencionadas (pelo autor) anteriormente (fuga-rebelião-violência).” PAIVA, E. F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII, p. 47. Entre as várias obras produzidas pela historiografia marxista, temos: COSTA, E. V. da. Da Senzala a Colônia. MOURA, C. Rebeliões da Senzala. CARDOSO, F. H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. IANNI, O. As metamorfoses do escravo. GOULART, J. A. Da fuga ao suicídio. GORENDER, J. O escravismo colonial.

¹⁰ Entre os autores que vêm procurando retomar os textos de Freyre, destacam-se alguns textos: PRIORE, M. Del. O diário, a carne e a pedra em Gilberto Freyre. In: ANASTASIA, C. M. J. PAIVA, E. F. O trabalho mestiço. PAIVA, E. F. Escravidão e universo cultural na colônia. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: UNESP, 2005. Vários outros textos poderiam ser citados, todos procurando avaliar os trabalhos do autor pernambucano e sua contribuição para a construção de uma representação do pensamento social brasileiro.

na evolução das sociedades: a questão da raça.¹¹ O elemento racial passou a ser visto como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação, na medida em que o argumento – de início visto a partir de uma definição biológica – passou a ter uma discussão política e historicamente construída. Cabe-nos aqui discutir a sua recepção no Brasil, e os efeitos nas análises sobre o negro na formação social brasileira.

Lilia Moritz Schwartz demonstra que tais idéias passam a ser debatidas no Brasil a partir das três últimas décadas do século XIX. A miscigenação no Brasil era vista como um entrave, uma explicação para o nosso atraso. A obra da autora se propõe especialmente a discutir a originalidade que o pensamento racial teve no Brasil, pois, por se tratar de uma nação especialmente miscigenada, tais argumentos teriam que se “adaptar” a uma “realidade brasileira”. Assim, esse pensamento social, “em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país.” (Schwarcz, 1993: 19) Tais teorias, portanto, chegavam a conclusões simples: a miscigenação era um entrave. E, por conseguinte, o processo estaria, ainda, mais complicado se a mistura se desse com o elemento racial negro. Assim, a presença do negro no processo de miscigenação brasileiro era um fator agravante da nossa formação social e política, o que contribuía diretamente para o nosso atraso enquanto nação. Assim, “as raças

humanas, enquanto ‘espécies diversas’, deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado.” (Schwarcz, 1993: 57).

Esse tipo de análise sobre a formação social do brasileiro teve grande impacto na elite intelectual que pensava os rumos do Brasil em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Foi criada uma espécie de paradigma racial, onde se procurou ancorar em um discurso científico sobre a sociedade brasileira. As propostas de solução para o país passavam por teorias das mais diversas, entre as quais um pretensão “branqueamento” da população mestiça brasileira.¹²

É em meio a esse debate que reside, talvez, a grande contribuição dos trabalhos de Gilberto Freyre, como é o caso de *Casa Grande & senzala*. Conforme dissemos, o negro passa a ser visto pelo autor como elemento fundamental para se compreender as relações sociais, culturais e políticas do Brasil, não apenas como força de trabalho, mas, sobretudo, pela sua contribuição cultural. Assim, a miscigenação adquire para Freyre um aspecto positivo, ainda mais eficaz pelo fato de ter sido com os africanos. Essa contribuição se daria em variados aspectos da nossa conformação social, como a culinária, a sexualidade e a vida familiar e doméstica do brasileiro. Sobre a riqueza cultural da mesa brasileira, acentua Freyre:

Devendo-se acrescentar que vários dos mais característicos valores nutritivos dos negros – pelo menos os vegetais – acompanharam-nos à

¹¹ Não analisaremos aqui a recepção do conceito na Europa, e tampouco as formas de desenvolvimento do racismo entre as potências européias que chegavam ao Imperialismo. Tais questões podem ser consultadas em Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*. A autora, procurando analisar as origens dos regimes totalitários, se propôs a avaliar o impacto que as teorias raciais tiveram no pensamento social da Europa, no final do século XIX. A segunda parte da obra, que discute a questão do Imperialismo, é suficientemente esclarecedora quanto ao debate em questão. Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. SP: Cia das Letras, 1989.

¹² Uma imagem muito conhecida sobre a discussão do branqueamento no Brasil é o quadro do pintor espanhol-brasileiro Modesto Brocos y Gómez, *A Redenção de Can*, 1895. O quadro é muito utilizado quando se propõe a discutir as relações entre raça e sociedade brasileira no início do século XX. Algumas interpretações do quadro levam à idéia de que o Brasil estaria no caminho do “branqueamento”, onde um cruzamento de raças levaria, em no máximo três gerações, à resolução do problema racial no Brasil. Para uma análise da imagem e sobre o tema, ver: PENA, Sérgio D. J. *Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC-RP, 2002. Ver em especial o artigo de Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio, *Injetando sangue no mito da democracia racial? Relações raciais e política no Brasil contemporâneo*.

América, concorrendo para o processo como que de africanização aqui sofrido por brancos e indígenas; e amaciando para os africanos os efeitos perturbadores da transplantação. Uma vez no Brasil, os negros tornaram-se, em certo sentido, verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha. (FREYRE, 2002: 349)

Sobre a vida sexual do brasileiro, Freyre demonstra a sua capacidade de colocar o leitor diante do passado escravista brasileiro, revelando mais aspectos da influência do negro na sociedade colonial:

Passa por ser defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual. Mas o que se tem apurado entre os povos negros da África, como entre os primitivos em geral – já o salientamos em capítulo anterior – é a maior moderação do apetite sexual que entre os europeus. É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto que no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço. (...) Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. (...) É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. (FREYRE, 2002: 371-2)

Mesmo com todo o debate que se seguiu à análise freiriana, reafirmamos a importância que o autor tem nas questões que se referem à mestiçagem. Questão de fundamental importância para a nossa proposta, as misturas culturais são aspectos enfatizados em inúmeras

vezes, em grande parte atualmente influenciados pela obra de Serge Gruzinski.¹³ O processo de miscigenação do povo brasileiro – não apenas biológica, mas sobretudo cultural – é uma realidade inegável na nossa conformação histórica. A partir do contato entre diversos grupos sociais e, por conseguinte, de diferentes visões de mundo, o universo cultural brasileiro foi se constituindo de forma plural, mestiça.

Concordando que se trata de uma questão complexa e, sobretudo, concordando com o fato de que o fenômeno da mestiçagem foi e é algo incontestável, o que nos interessa no momento é reiterar que as misturas sociais fornecem possibilidades para se analisar as identidades no Brasil. O ponto principal que levantamos é que a conformação identitária dos nossos atores sociais se dá basicamente no contato entre os diversos grupos que formavam um determinado lugar cultural.

Assim, africanos, índios, alemães, portugueses, contribuíram para a conformação social brasileira, e as questões quanto ao papel de cada grupo na mistura não pode ser colocada em termos de superioridade e inferioridade, para nenhum dos lados.

Considerações finais

O saldo do debate a que nos propusemos nos leva a algumas importantes considerações. Em primeiro lugar, o entendimento da formação social e cultural brasileira – desde o nosso processo de colonização – passa, necessariamente, pelo estudo da história africana, desde o debate acadêmico até, em última instância, os bancos escolares. Esse estudo nos permitirá rever alguns conceitos e imagens que existem sobre o continente e que prejudicam a compreensão das relações Brasil-África, ultrapassando – mas nunca ignorando –

¹³ O que não podemos acreditar, segundo crítica Serge Gruzinski, é que a miscigenação tenha fornecido componentes que possibilitaram apagar as identidades. “Na verdade”, acentua o autor, “a paisagem é bem mais complexa”. (GRUZINSKI, 2001: 16) Assim como Gruzinski, acreditamos que os indivíduos podem estabelecer suas identidades a partir da mistura, do contato, o que lhes propiciará não a conformação de um modelo identitário rígido, inflexível: “A identidade é uma história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou de recusa das normas inculcadas. Socialmente, o indivíduo não pára de enfrentar uma plêiade de interlocutores eles mesmos dotados de identidades plurais.” (GRUZINSKI, 2001: 52-3).

as noções de violência presentes nas relações escravistas.

Em segundo lugar, também se faz necessária uma maior atenção ao se analisar a cultura africana no Brasil, em especial no que se refere ao processo de miscigenação. Propomos, portanto – o que já vem sendo feito com muita qualidade por alguns historiadores da cultura no Brasil – uma retomada nas análises de Gilberto Freyre. O autor deu ao processo de miscigenação brasileiro uma “outra cara”, contribuindo decisivamente para repensarmos nossa identidade cultural.

Por fim, em terceiro lugar, reside justamente no conceito de identidade uma das chaves para compreendermos melhor a que sociedade brasileira nos referimos e, principalmente, de que África e africanos estamos tratando. Por mais que definições pouco cuidadosas vejam a África “sem história”, “sem movimentos”, ou “sem progressos a mostrar”, negar ao continente africano uma contribuição cultural que ultrapasse a sua importância para o funcionamento do regime escravista seria uma persistência em um enorme equívoco. Seria negar à África uma possibilidade de dinâmica e construção da sua história. A maior consequência disso, talvez seja, em última instância, a negação da nossa própria história.

Referência Bibliográfica

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. SP: Cia das Letras, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HEGEL, Friedrich. Filosofia da História. Brasília: UnB, 1995.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Euro-

pa América, s/d.

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África em perspectiva. Revista Múltipla, Brasília, 10 (16): p. 9-40, junho de 2004.

PAIVA, Eduardo França. Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através de testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PENA, Sérgio D. J. Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC-RP, 2002.

PRIORE, Mary Del. & VENÂNCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RAMOS, Arthur. A aculturação negra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988 (1ª edição: 1933).

ROMERO, Sílvio. Estudos sobre a poesia popular no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.